

João Paulo Borges Coelho

Um retrato moçambicano do mundo colonial

Margarida Calafate Ribeiro

«Rainha da noite é uma flor quase impercetível durante o dia, mas que à noite abre lançando um perfume adocicado, que impregna o ar do tempo colonial em que se desenha o novo romance de João Paulo Borges Coelho (JPBC): *Rainhas da Noite*. Maria Eugénia, a colona portuguesa que dá voz ao texto, e à volta da qual tudo se desenrola, associou esse cheiro à água das flores com que se lavam os mortos. Esta observação traz à nossa memória literária outros textos que retratam o mundo colonial, como *Terra Morta*, de Castro Soromenho, e *Natureza Morta*, de José-Augusto França, ambos de 1949, relativos a uma Angola rural, pontos perdidos do mundo colonial, como esta Moatize, em Moçambique, dominada pela Companhia de minas de carvão, dirigida pelos belgas. *Todavia, Rainhas da Noite* é um romance que se inscreve na linha de retrato daquele mundo, não como nos aparece na literatura colonial, nem na literatura portuguesa atual de caráter memorialista, mas como um romance moçambicano que assume o tempo colonial como parte da sua identidade.

A estrutura do romance é muito original. Logo no início, o narrador, em primeira pessoa, conta-nos a história que provoca a narrativa: o caderno de Maria Eugénia (ME), encontrado num alfarrabista das ruas de Maputo, que constitui o que poderíamos designar como texto principal e que domina o fluxo narrativo; e um texto de “baixo”, composto pelas notas do narrador, que se vai afirmando como um texto reflexo e consequência do texto principal. Nestas notas são revelados outros arquivos que trazem vários olhares da história – o Arquivo Municipal, que revela as informações oficiais; os pensamentos do narrador sobre os dados que vai reunindo, e as suas reflexões sobre o valor do que é considerado com interesse arquivístico e sobre a necessidade de abrir outros arquivos; o testemunho-conversa de um velho criado de Maria Eugénia, que ilumina o texto do caderno e constitui um dos elementos fulcrais na economia da narrativa, levando a importantes reflexões sobre o valor e o conteúdo do testemunho e as condições para a sua emissão e receção hoje. Entremendo estes dois textos, fotografias de lugares,



João Paulo Borges Coelho “É no interior da sua casa que traça a mais trágica e profunda relação do mundo colonial”

de documentos, do caderno e da notícia do falecimento de ME, participado pelo criado Chassafar.

Mas, afinal, o que é que estes dois textos, entremeados por outros, nos contam? Conduzidos pelo olhar de ME, seguimos as suas impressões sobre o espaço em que habitava, primeiro a sua casa e depois o conjunto das



► João Paulo Borges Coelho
RAINHAS DA NOITE

Ed. Caminho-Leya,
376 pp, 18,90 euros

casas de senhoras que compunham Moatize, onde tudo estava a acontecer. Nestas casas coloniais definia-se a geografia de poder da vila: a casa Quinze, de Anne Marie Simon, mulher do diretor e que tudo dominava; a casa de Suzanne, que a abandonava à procura de si própria; a casa do PIDE, que pelo medo dominava em estreita negociação com a casa Quinze; a casa de ME, onde habitara Agnès Fintz, mulher branca e frágil aparentemente vencida pelas febres e o tédio do lugar, e cujo espírito ME presente primeiro como um fantasma e depois como uma presença na sua casa, questionando-se sobre ela até descobrir a verdade por trás da “doença” de Agnès Fintz.

Ao longe, invisíveis, as casas dos negros. Mundos distantes mas que se uniam no trabalho e sobretudo, com intimidade, na casa colonial. É neste registo que se projeta o olhar de ME, na sua casa e nas relações que aí se vivem como um micro-cosmos do mundo colonial,

epitomizada na sua relação com Chassafar, cujo primeiro contacto começa por algo tão primordial como o próprio nome do rapaz, Travessa, um dos nomes colocados pelos brancos e resignadamente aceites. ME interroga o criado sobre este dado tão pessoal como o nome, e aí intui um dos silêncios coloniais. Noutros episódios continuará sem ouvir a fala dos seus subalternos, não porque eles não falem, mas porque as condições de produção do seu discurso os condenam ao silêncio, que ela intui como a “censura muda, que me pareceu descobrir na expressão do rapaz.” (p. 35).

E é também nestes primeiros contactos que descobre outros silêncios coloniais, quando na sua noite de estreia na Casa Quinze faz daquelas perguntas que “instalam depois de si o silêncio” (p. 45). ME não teria opção: ou se resignava a ficar entediada e cega a caminho da degradação que atingia as mulheres brancas ou a ser um espírito rebelde, sempre controlado pelo um mundo em redor amedrontado e que tudo vigiava, para se manter. É na varanda da Casa Quinze, que Suzanne, um espírito inquieto e trágico de quem se torna amiga, lhe diz que ali, à volta daquela mulher jogadora de canasta que protegia a “nossa comunidade”, ela via apenas a ponta do iceberg. É com Suzanne que vai ao outro lado deste mundo pela primeira vez – o mundo dos negros, do *compound* da companhia para os mineiros, o mundo das crianças, dos velhos e das mulheres, que não são como ela e de quem não consegue captar o olhar.

Mais longe o mato, onde se forja a nova nação, um mundo inacessível aos brancos, que só Agnès Fintz alcança e que os predadores visitam em busca de presas: o inspetor da PIDE ou o caçador Castro, que “caçou” Agnès na sua primeira fuga. Mas Agnès insistiu na fuga e escapa, o que constitui o maior segredo da “comunidade” de Moatize, porque o maior desafio a si própria e a sua mais elementar derrota. Suzanne, a amiga de ME, torna-se uma edição diminuída e trágica de Agnès, cujo espírito perturba as duas colonas inquietas. Suzanne parte com o marido, guardando no seu espírito apenas as imagens do lugar. Sabe que tudo vai acabar sem retorno, mas tragicamente não se consegue entregar. É entregue como mais uma presa do caçador Castro. Como então percebe ME, neste mundo, não bastava olhar, era preciso ver.

E é assim que volta a sua casa, olhando de novo para as coisas, ainda que mais tarde se aperceba quão cega estava. E é no interior da sua casa que traça a mais trágica e profunda relação do mundo colonial, num tempo premiado pelo medo de todos e de tudo. Maria Eugénia vive rodeada de “inimigos íntimos”, como o seu criado Chassafar, ser que ela percebe entre a luta, o mato, os outros

conhecimentos e a casa colonial que serve com esmero e até como potencial espião da Casa Quinze, a casa da mulher que domina não só a comunidade de mulheres como a dos homens coloniais. E ME regista esta relação no seu diário, regista a sua impotência de o tornar um “amigo complementar”, pois há um contexto que inevitavelmente os separa.

O que brilha dos instantes registados por ME no seu caderno é o rasto luminoso de uma outra história, não a da memória do subalterno, que se supõe traz o outro lado da história, mas sim a do abismo de um *ethos* colonial inconfessado, pela história veiculada pelos documentos do arquivo que tudo silencia, e inconfessável, para os seus protagonistas que nele se enterram, se apavoram e evoluem. Não se trata portanto de um caderno-memorando autobiográfico do sujeito ME, mulher do engenheiro Murilo, mas do terreno em que se regista a desconexão entre o seu ser humano e o que pela sua fala anuncia o seu lugar esvaziado. São várias as maneiras que surpreendem ME em união com o espírito do lugar que ora se lhe impõe – como a visita das mulheres do chefe M’Boola – ora lhe surge como na saída que faz com os criados em que, em silêncio, comunga da beleza do lugar e das suas humanidades, transformando-a definitivamente.



Não se trata de um livro para gerir saudade, mas de um livro sobre o tempo colonial, capaz de gerar futuro

Maria Eugénia pertence a Moatize, sabendo bem da fatalidade trágica de associar esta relação de pertença à posse típica da relação colonial, que minou as mulheres brancas, que só poderiam partir e regressar aos seus lugares. Neste sentido, sabe que a partir de então, poderá ficar “refugiada” pelo devir da história que inevitavelmente se desenha. Mas como bem anota o narrador na economia deste texto composto, “o propósito era retirar um sentido do passado, não imprimir ao passado um sentido atual” (p. 212), que será o mesmo que assumir que para muitos moçambicanos a história individual de pertença aquele lugar coincide com a história pública do colonialismo português em África, ou seja, passa pela narrativa colonial, assumida como um tempo do qual todos nós, bem ou mal, emergimos. Não se trata portanto de um livro para gerir saudade, mas de um livro sobre o tempo colonial, capaz de gerar futuro. JL